

## CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

## COMUNICADO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição do senhores acionistas na sede social da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, os documentos a que se refere a Lei nº 6.404/1976, artigo 133, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicados de outra forma) :**

## BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>28.060</b>	<b>25.084</b>	<b>Circulante</b>		<b>2.867</b>	<b>2.390</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.987	12.741	Fornecedores	12	355	597
Clientes	5	8.229	9.049	Salários e encargos sociais	13	1.593	1.074
Tributos a recuperar	6	255	1.897	Obrigações tributárias	14	611	474
Outros valores	7	1.352	1.226	Convênios a repassar	15	163	148
Estoques	8	213	168	Outras obrigações		146	97
Despesas antecipadas	9	23	3				
<b>Não circulante</b>		<b>44.650</b>	<b>44.842</b>	<b>Não circulante</b>		<b>27.136</b>	<b>9.998</b>
Títulos a receber	10	2.431	1.108	Contingências	16	-	35
Investimentos		0	0	Credores	17	4.054	4.004
Imobilizado	11	42.176	43.664	Obrigações estatutárias	18	23.082	5.959
Intangível	11	43	70				
				<b>Patrimônio líquido</b>	19	<b>42.706</b>	<b>57.538</b>
				Capital social		32.198	32.198
				Reserva de lucros		10.508	25.340
<b>Total do ativo</b>		<b>72.709</b>	<b>69.926</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>72.709</b>	<b>69.926</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**FÁBIO PEREIRA DE SOUSA**  
Presidente  
CPF [REDACTED]

**GIOVANNA ALVES LENTO**  
Contadora  
CRC DF 8.807/O

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	2021	2020
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	<b>20</b>	<b>12.992</b>	<b>8.407</b>
Custo dos serviços prestados		-	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>12.992</b>	<b>8.407</b>
Pessoal, encargos e benefícios	21	(10.023)	(9.859)
Serviços de pessoa jurídica		(1.247)	(2.613)
Despesas tributárias		(514)	(351)
Depreciação e amortização		(1.539)	(836)
Provisão/reversão PECLD	5	(3.967)	(1.358)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(423)	(2.220)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>(4.722)</b>	<b>(8.830)</b>
Receitas financeiras	22	10.071	6.230
Despesas financeiras	22	(149)	(204)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>5.200</b>	<b>(2.805)</b>
Contribuição social		(861)	-
Imposto de renda		(2.368)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.971</b>	<b>(2.805)</b>
<b>nº de ações do capital social</b>		<b>32.197.985</b>	<b>32.197.985</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação (em R\$)</b>		<b>0,06</b>	<b>- 0,09</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital social	Reserva de lucros				Lucros ou prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva legal	Reserva contingência	Retenção de lucros	AAP		
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>32.198</b>	<b>6.161</b>	<b>5.750</b>	<b>13.430</b>	<b>-</b>	<b>63.745</b>	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1)	(1)	
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	- 312	312	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(2.805)	(2.805)	
Distribuição de lucros anteriores	-	-	-	-	(3.713)	(3.713)	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>32.198</b>	<b>6.161</b>	<b>5.750</b>	<b>13.430</b>	<b>(1)</b>	<b>57.538</b>	
<b>Mutações de 2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(6.206)</b>	
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>32.198</b>	<b>6.161</b>	<b>5.750</b>	<b>13.430</b>	<b>(1)</b>	<b>57.538</b>	

Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(0)	-	(0)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	320	320
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.971	1.971
Destinação de lucro para as reservas	-	99	-	-	-	(99)	-
Reversão de reservas	-	-	(1.500)	(13.430)	-	14.930	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(17.123)	(17.123)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>32.198</b>	<b>6.260</b>	<b>4.250</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>42.706</b>
<b>Mutações de 2021</b>	<b>-</b>	<b>99</b>	<b>(1.500)</b>	<b>(13.430)</b>	<b>(0)</b>	<b>-</b>	<b>(14.832)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.200	(2.805)
Ajustes do Lucro Líquido		
Depreciação e amortização	1.539	836
Ajustes de exercício anterior e avaliação patrimonial	320	311
Provisão/reversão para contingências	(35)	(16.256)
Provisão para perdas com crédito	(3.967)	1.358
Redução (Aumento) de Ativos		
Clientes	4.787	(4.984)
Impostos a recuperar	1.642	164
Outros valores	(126)	8
Estoques	(45)	(53)
Despesas antecipadas	(21)	(2)
Ativos não circulante	(1.323)	17.380
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(242)	19
Salários e encargos sociais	519	(794)
Obrigações tributárias	136	31
Convênios	15	25
Outras obrigações	49	20
Passivos não circulante	50	31
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>8.499</b>	<b>(4.710)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.229)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>5.270</b>	<b>(4.710)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição/baixa de Investimento	0	22
Aquisição de Imobilizado	(24)	(4.095)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(24)</b>	<b>(4.072)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos	-	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.246</b>	<b>(8.782)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.741	21.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.987	12.741
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>5.246</b>	<b>(8.782)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Descrição	2021	2020
Vendas brutas de serviços, líquidos dos descontos	15.377	10.475
Outras receitas	132	532
Provisão para créditos de realização duvidosa	(3.967)	(1.358)
<b>Receitas</b>	<b>11.542</b>	<b>9.649</b>
Faturas canceladas, devoluções	(951)	(1.060)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(1.820)	(5.383)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.772)</b>	<b>(6.443)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>8.771</b>	<b>3.206</b>
Depreciação e amortização	(1.539)	(836)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>7.232</b>	<b>2.370</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	10.071	6.230
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>17.303</b>	<b>8.600</b>

<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b><u>Pessoal e encargos</u></b>		
Remuneração direta	6.764	6.686
Benefícios	1.312	1.303
FGTS	540	518
<b><u>Impostos, taxas e contribuições</u></b>		
Federais	6.537	2.650
Estaduais	3	3
Municipais	26	40
<b><u>Remuneração de capitais de terceiros</u></b>		
Juros e outras despesas financeiras	149	204
<b><u>Remuneração de capitais de próprios</u></b>		
Resultados retidos	1.971	(2.805)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>17.303</b>	<b>8.600</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. Contexto operacional

As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, com sede administrativa situada no SIA trecho 10 lote 05 Pavilhão B-3, foi instituída pela Lei nº 5.691 de 10 de agosto de 1971 e é regida pela Lei Federal nº 6.208/1975, pelas Leis nº 6.404/76 e nº 13.303/2016.

Tem como objetivo incrementar a produtividade no setor de distribuição de produtos hortigranjeiros, empregando novas tecnologias nos processos de reunião, manipulação, comercialização e comunicação, beneficiando produtores, distribuidores e consumidores.

São funções básicas da CEASA/DF:

- Reduzir custos de comercialização de produtos hortigranjeiros no atacado;
- Melhorar as condições de abastecimento, propiciando maior concorrência e preços mais justos;
- Facilitar o escoamento da produção agrícola;
- Garantir informações de mercado confiáveis;
- Formar um banco de dados que permita o planejamento da produção agrícola;
- Interagir com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento na formação de normas de classificação e padronização de hortaliças e frutas;

Dotada de personalidade jurídica, a CEASA/DF tem foro jurídico na cidade de Brasília-DF, funciona como uma sociedade de economia mista da estrutura do Governo do Distrito Federal, tendo sua organização e funcionamento estabelecidos no Estatuto Social e no Regimento Interno.

Tem por missão “Promover a política de abastecimento, visando garantir a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal e Entorno, de forma inclusiva, transparente e com excelência operacional” e visão “Ser reconhecida nacionalmente como Instituição pública forte e sustentável, referência na execução da política de abastecimento”.

Nos termos decreto nº 37.312, de 04/05/2016, a CEASA/DF é a base de operações do Banco de Alimentos de Brasília e integra o PCDA - Programa de Coleta e Doação de Alimentos, que visa a integração dos processos de recebimento e das doações de alimentos, com o fim de promover a sua distribuição ao público beneficiário, diretamente ou por meio de entidades sociais privadas previamente cadastradas.

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei 13.303/2016, apresentam-se as seguintes informações operacionais e financeiras das atividades desenvolvidas pela CEASA/DF:

a) Em relação às instalações, está estruturada da seguinte forma:

- 11 pavilhões permanentes com boxes destinados à comercialização de produtos hortigranjeiros;
- 1 mercado livre de produtor (pedra) destinado a produtores agrícolas para a comercialização em atacado da produção local;
- 1 pavilhão permanente destinado à comercialização de insumos agropecuários;
- 1 pavilhão permanente destinado à sede administrativa e serviços de apoio, tais como banco e casa lotérica
- 1 complexo frigorífico com capacidade de armazenamento para 7.000 toneladas de produtos;
- 1 balança rodoviária com capacidade para pesagem de 62.000 Kg;
- 1 Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar (CCC);
- 1 mercado destinado à comercialização em varejo de produtos orgânicos (Mercado Orgânico) e outro destinado à comercialização em varejo de peixes (Mercado do Peixe);
- 1 espaço destinado ao comércio de plantas e flores (Central Flores) e outro destinado ao comércio em geral (Multifeira);

b) Em relação à força direta de trabalho: atua com 27 colaboradores do quadro efetivo, 25 comissionados sem vínculo empregatício, 2 colaboradores requisitados do GDF, 18 estagiários, 5 menor-aprendiz e 22 reeducandos da FUNAP.

c) Em relação aos mecanismos de controle financeiro: realizou 3 licitações de boxes situados nos recém construídos Complexo B-10 e Pavilhão B-13, tendo angariado o montante de R\$ 2.224.549,52 em luvas de locação (jóias) e ainda implementou medidas de controle e redução da inadimplência.

d) Em relação à expansão de ofertas de mecanismos de abastecimento e comercialização: foram contemplados 22 novos produtores rurais e 22 novos varejistas para realizar atividades comerciais na CEASA/DF no espaço não-permanente do Pavilhão B-8 e realizadas ações de recadastramento dos atuais ocupantes de espaços no Varejão.

e) Em relação ao volume transacionado: o volume de mercadorias transacionadas no interior da CEASA/DF totaliza 337.437.561 Kg e em valor monetário isso representa R\$ 1.367.379.336,34.

f) Em relação às ações de sustentabilidade: serviços regulares de coleta, transporte e destinação final de resíduos, incluindo-se a abordagem de “valorização” dos resíduos por meio de procedimentos de reciclagem e/ou compostagem, com monitoramento mensal dos resíduos sólidos gerados.

g) Em relação à educação alimentar e nutricional: disponibilização, em redes sociais, de uma coletânea de receitas e informativos nutricionais sobre os alimentos da safra e realização de atividades lúdicas junto ao programa descomplicando EAN voltadas à preparação do público para uma alimentação mais saudável.

h) Em relação à distribuição de alimentos

- pelo PAA – Programa de Aquisição de Alimentos: distribuídas 385,6 toneladas de alimentos, os quais foram destinados a 161 instituições sociais cadastradas no Banco de Alimentos, tendo sido atendidas 21.054 pessoas, 39 mil famílias, que representam 184.287 pessoas em vulnerabilidade;

- pelo PDZ – Programa Desperdício Zero: distribuídas 159.920,85 toneladas de alimentos;

- pelo PDS – Programa de Doação Solidária: arrecadadas mais de 3,7 mil toneladas de alimentos não perecíveis e 70 bandejas de ovos;

- pelo PAPA – Programa de Aquisição da Produção Agrícola: distribuição de 584.870 toneladas de alimentos, distribuídos em 44.990 cestas. Todo volume foi destinado para o atendimento de famílias e consumo interno de 81 instituições. Público atingido: refeições direta nas instituições: 14.291 pessoas e 39 mil famílias, que representam 156.085 pessoas em situação de vulnerabilidade. Também foram distribuídos 13.674 litros de leite. Público atingido: refeições direta nas instituições: 2.572 pessoas e 3.161 famílias, que representam 11.605 pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ressalta-se que está em curso as seguintes ações:

a) implementação de projeto para construção de uma nova portaria, denominada de Portaria 03, localizada na nova saída da CEASA/DF, que dá acesso direto à via estrutural;

b) reforma e adequação da portaria denominada Portaria 02, localizada ao lado do Atacadão e da Portaria 01;

c) projeto de pintura e sinalização viária, com o objetivo de aprimorar o fluxo de veículos, delimitar vagas de estacionamento e agilizar o processo de carga e descarga de mercadorias;

d) acompanhamento do projeto para implementação do Mercado Central de Brasília, que visa a construção de um mercado com foco em alimentação e cuja edificação está prevista para ser em uma área de 15.000 m<sup>2</sup>, onde atualmente está situada a sede administrativa da CEASA/DF.

## 2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

Considerando o que dispõe a norma contábil, as práticas mais significativas aplicadas pela CEASA/DF na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

### 2.1 Declaração de Conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com as práticas e legislações contábeis adotadas no Brasil, especialmente as Leis n.º 6.404/1976, 9.430/1996, 11.638/2007, 11.941/2009, 12.973/2014, Decreto 9.580/2018, IN RFB n.º 1700/2017 e por Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2021, são: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas.

Essas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos e têm por finalidade destacar detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo investimento, que foi avaliado a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensurados pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício.

O regime utilizado para os registros das operações ocorridas no exercício de 2021 foi o de competência, que implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios das receitas e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação das operações da CEASA/DF.

Além disso, apresentam-se no Balanço Patrimonial os valores dos grupos: ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.

### 2.4 Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo do ativo financeiro é pela abordagem do preço que foi observado em transações no mercado.

### 2.5 Reclassificações

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações podem ser reclassificadas. Essas reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objeto de reapresentação de balanço. Em síntese, representam revisão de agrupamento de contas, reclassificação de valores ou alterações de nomenclatura de contas.

### 2.6 Demonstração dos fluxos de caixa - DFC

A CEASA/DF apresenta a DFC pelo método indireto.

## 2.7 Demonstração do valor adicionado - DVA

A partir do exercício de 2020, a CEASA/DF passou a elaborar a DVA e é parte integrante das demonstrações contábeis.

## 2.8 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, com os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente são classificados como Ativos ou Passivos Circulantes.

Os valores dispostos no Ativo e Passivo apresentam-se por ordem decrescente do grau de liquidez e de exigibilidade, respectivamente, e foram contabilizados pelo regime de competência, tanto no curto quanto no longo prazo.

## 2.9 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

### Vida útil do ativo imobilizado

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisará pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Este critério também é aplicado para avaliar perda por redução ao valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, os quais são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

### Provisão para contingências

A Companhia registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## 3. Informações gerais do contexto externo

Em decorrência da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde relacionada ao Coronavírus (COVID-19), a CEASA/DF adotou, em 2020, as medidas saneadoras abaixo descritas para mitigar as incertezas acerca das operações da empresa, quais sejam:

- Portaria nº 01, de 18/03/2020 – implementação da modalidade de teletrabalho para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, com a manutenção da prestação de serviços essenciais, tais como: fiscalização de mercado, faturamento e distribuição de boletos, arrecadação e destinação de alimentos.

- Portaria nº 03, de 06/04/2020 – mecanismo que permitiu à Diretoria de Administração e Finanças suspender, de março a julho/2020, a cobrança dos TPRU – Termo de Permissão Remunerada de Uso e demais valores, excetuando-se rateios, dos permissionários, autorizatários e concessionários que estavam em dia com as obrigações financeiras junto à CEASA/DF e efetuar a cobrança dos valores suspensos de forma parcelada. Referida medida auxiliou o referido grupo de usuários na medida que o ingresso de recursos estava bastante escasso, vez que muitos tiveram as atividades realizadas de forma parcial e até mesmo suspensas. Para a CEASA/DF, além do ganho do ponto de vista social, a ação de suspensão objetivou minimizar o grau de inadimplência que poderia advir com a cobrança de consecutivos legais.

- Portaria nº 04, de 27/05/2020 – orientação repassada aos executores de contratos para que as empresas terceirizadas fossem notificadas a adotar todos os meios necessários ao cumprimento das regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde e conscientizar os funcionários quanto aos riscos do COVID-19. Em relação às empresas terceirizadas de limpeza e manutenção, os gestores foram orientados a notificá-las para o cumprimento de

cláusulas contratuais, especialmente àquelas referentes ao cumprimento dos prazos de entrega de suprimentos, com ênfase às afetas à prevenção da doença, dentre eles sabonete, álcool líquido e em gel e ainda, sobre a necessidade de intensificação da higienização das áreas com maior fluxo de pessoas e superfícies mais tocadas (Ex. protocolos, balcões de atendimento, maçanetas, elevadores, etc.).

Além disso, os executores também foram orientados a buscar economicidade nos contratos, haja vista que as atividades na CEASA/DF foram, se não totalmente interrompidas em algumas unidades, realizadas em regime de escala/plantão.

Em 2021, outras medidas foram adotadas, a saber:

- Realização de atividades nas dependências da CEASA/DF sob o regime de escala de trabalho entre os meses de março/2020 a junho/2021
- disponibilizado termômetro para aferição da temperatura dos servidores e visitantes;
- envio de Ofícios às Associações ligadas à CEASA/DF informando sobre a importância de serem seguidas as orientações das autoridades de saúde quanto as medidas para combater a infestação do vírus causador da COVID-19;
- controle sistemático, por parte da Diretoria Operacional, de qualquer tipo de aglomeração no âmbito da CEASA/DF, com o uso, inclusive, de sistema de som para informar acerca das medidas de segurança contra a COVID-19; e
- orientação aos empregados da CEASA/DF, com o retorno do trabalho presencial, de medidas a serem adotadas de forma a se prevenir/diminuir o risco de contágio e para se manter um ambiente seguro e salubre para todos;
- retorno dos empregados ao trabalho presencial, que não apresentavam comorbidades, após a administração da segunda dose da vacina anti-Covid-19; mediante controle e acompanhamento por parte da Gerência de Recursos Humanos.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Considerando que Governo do Distrito Federal é detentor de 99,9999% do capital da CEASA, os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelas Centrais em consonância ao artigo 144 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

*“art. 144 – A arrecadação de todas e quaisquer receitas de competência do Distrito Federal far-se-á na forma disciplinada pelo Poder Executivo, devendo seu produto ser obrigatoriamente recolhido ao Banco de Brasília S.A., à conta do Tesouro do Distrito Federal.*

*§ 1º O Banco de Brasília S.A. é o agente financeiro do Tesouro do Distrito Federal e o organismo fundamental de fomento da região;*

*§ 2º A disponibilidade de caixa e os recursos colocados à disposição dos órgãos da administração direta, bem como das autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e das empresas públicas e sociedades de economia mista e demais entidades em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, serão depositados e movimentados no Banco de Brasília S.A., ressalvados os casos previstos em lei.”*

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	106	266
Aplicações de liquidez imediata	17.881	12.475
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>17.987</b>	<b>12.741</b>

A origem da variação de R\$ 5.245.720,59 do exercício de 2020 para 2021 poderá ser melhor visualizada na DFC.

#### 5. Clientes

Os montantes estão demonstrados por valores conhecidos e, quando aplicável, as atualizações são realizadas com base em índices contratuais e da legislação vigente. São valores decorrentes das operações da CEASA/DF, representando um direito a receber de permissionários, varejistas, produtores e daqueles que operam no mercado de agricultura familiar e está regulamentado na Lei nº 4.900/2012 de 16/08/2012. Além destes, também estão registrados os créditos a receber decorrentes de acordos e refinanciamentos.

Nos termos do art. 71 da instrução Normativa da Receita Federal, nº 1700, de 14/03/2017, a CEASA/DF reconheceu a perda no recebimento de créditos no ordem de R\$ 432.751,25 e em razão disso procedeu à respectiva baixa desse montante.

A rubrica “Clientes” está composta da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Permissionários	4.441	4.390
Produtores	289	248
Varejistas	171	170
MAF - Mercado de agricultura familiar	71	69
Acordos	745	690
REFIS	7.836	4.840
<b>Sub-total</b>	<b>13.554</b>	<b>10.407</b>
PCLD	(5.325)	(1.358)
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>8.229</b>	<b>9.049</b>

Destaca-se que em dez/2020, a CEASA/DF procedeu ao reconhecimento dos valores relativos às parcelas vencidas do REFIS firmado em julho/2019 entre a ENGECOPA e a CEASA/DF.

Do montante devido em dez/2020, R\$ 16.879.534,75, houve o reconhecimento de R\$ 4.786.351,27; contudo, em decorrência da existência de um saldo de R\$ 67.597,24 na conta 98281 - 1.1.1.06.0075 - ENGECOPA CONSTR. E INCORPORADORA S/A - REFIS 2019, realizou-se um lançamento, por diferença, de R\$ 4.718.754,03.

Importante ressaltar que o reconhecimento ora realizado tem por base o item 35 letra "a" do CPC - Código de Pronunciamento Contábil nº 47:

“35. A entidade transfere o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido:

(a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho (ver itens B3 e B4)”;

Tem-se, portanto, que a metodologia de reconhecimento do saldo devedor da ENGECOPA está ocorrendo de acordo com o cronograma financeiro do REFIS assinado em 02/07/2019, ou seja, é reconhecido à medida que é emitido o faturamento/cobrança para aquela empresa.

Em 2021, a CEASA/DF emitiu faturamento/cobrança das parcelas relativas ao REFIS no montante de R\$ R\$ 8.705.919,63, tendo a ENGECOPA honrado com o pagamento de R\$ 5.674.204,09.

Importante destacar que em 2021, foi realizada a reclassificação contábil de valores registrados no grupo de Acordos – CP para Produtores, não afetando os resultados apresentados em 2020.

Para constituição da PCLD, foi considerada a média do percentual de inadimplência verificada pela unidade de faturamento e cobrança nos últimos 3 anos, por categoria de usuários da CEASA/DF, na forma detalhada no quadro a seguir:

Categoria	Inadimplência				R\$ em 31/12/2021	R\$ da PCLD em 2020	R\$ da PCLD em 2021	Ajuste no valor da PCLD (R\$)
	2020 (%)	2019 (%)	2018 (%)	% médio				
Permissionários	12,54	19,17	11,3	14,34	4.441	956	637	(319)
Produtores	0	15,27	12,67	9,31	289	31	27	(4)
Varejistas	6,55	13,41	13,71	11,22	171	21	19	(2)
MAF	13,92	18,97	11,26	14,72	71	11	10	(1)
Acordos – CP	36,95	31,54	64,39	44,29	745	339	330	(9)
Acordos – LP	49,08	77,09	75,97	67,38	233	-	157	157
REFIS	53	4,42	96,67	51,36	7.836	-	4.025	4.025
Rateio	9,88	9,02	9,4	9,43	1.272	-	120	120
<b>Total da PCLD</b>						<b>1.358</b>	<b>5.325</b>	<b>3.967</b>

No exercício de 2021, a unidade de contabilidade juntamente com a Gerência Financeira firmaram o entendimento sobre a necessidade de também ser constituída PCLD relativamente aos valores a receber de acordos de longo prazo, rateio e REFIS, de tal forma a espelhar a real situação dos créditos de liquidação duvidosa.

## 6. Tributos a recuperar

Compreende os valores a compensar pela CEASA/DF em virtude da apuração, ao final do ano, de IRPJ e de CSLL pagos a maior, considerando-se o modelo adotado, que é o de apuração do lucro real por estimativa mensal.

A conta de Tributos a Compensar, no valor de R\$ 255 mil está constituída da seguinte forma:

Descrição	Valor (R\$ mil)
<b>(A) Total a compensar em 31/12/2020</b>	<b>1.596</b>
(B) (+) Atualização Monetária	182
(C) (-) Compensação de PIS e COFINS	1.577
(D) (-) Provisão de IRPJ	2.050
(E) (+) Reversão da Provisão – apuração do Lucro Real	2.050
(F) (-) Ajuste de Atualização Monetária indevida ex. anteriores	44
<b>= Saldo a compensar em 31/12/2021</b>	<b>157</b>
Descrição	Valor (R\$ mil)
<b>(A) Total a compensar em 31/12/2020</b>	<b>300</b>
(B) (+) Atualização Monetária	23
(C) (-) Reversão de Atualização Monetária	18
(D) (-) Provisão de CSLL	818
(E) (+) Reversão da Provisão	776
(F) (-) Compensação de PIS e COFINS	165
<b>= Saldo a compensar em 31/12/2021</b>	<b>98</b>
<b>Total IRPJ e CSLL a compensar</b>	<b>255</b>

A CEASA/DF vem utilizando-se da prerrogativa do § 4º do art. 39 da Lei 9.250/1995, que permite a atualização monetária do saldo negativo de IRPJ e de CSLL; contudo, foi identificado, em 2021, erro na atualização processada em anos anteriores, o que gerou os ajustes indicados nos quadros acima.

Os tributos a recuperar compreendem aos valores a recuperar pela CEASA/DF em virtude do pagamento a maior de tributos. A seguir, demonstra-se o valor a recuperar dos referidos impostos.

Os valores de PIS e COFINS a Recuperar referem-se a recolhimento realizado a maior sobre a receita de serviços do mês de julho/2019, eis que não foram excluídas do cálculo dos impostos as faturas canceladas naquele período.

Importa esclarecer que o procedimento para solicitação de restituição dos valores foi adotado pela CEASA/DF, por intermédio da emissão das PERDCOMP de nºs 23098.36499.160320.1.2.04-6865 e 07568.18232.160320.1.2.043736, respectivamente.

Relativamente ao valor do INSS a Recuperar, tratava-se de quantia recolhida sobre o auxílio-creche referente a março/2018, cuja incidência não era devida; contudo, em 25/01/2021, em decorrência da falta de documentos comprobatórios suficientes para emissão de PERCOMP para recuperação do valor do INSS, a unidade de contabilidade foi expressamente autorizada a promover a baixa do valor, reconhecendo-o como uma despesa.

## 7. Outros valores

Nesta conta estão agrupados os valores a receber relativo a débitos de funcionários, de terceiros, de rateio, de adiantamentos de salários/férias e de sindicâncias. No quadro a seguir, detalhamos a composição desses valores.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber de funcionários e terceiros	5	19
Créditos a receber - de rateio	1.272	1.116
Adiantamento de salário/férias	61	63
Sindicâncias, TCE e Apurações	14	28
<b>Total de Estoques</b>	<b>1.352</b>	<b>1.226</b>

Os créditos a receber de rateio representam os valores das despesas com energia elétrica, água, limpeza, conservação, segurança e vigilância a serem

ressarcidos pelos usuários da CEASA/DF, mediante rateio proporcional à área útil ocupada e aos dias de ocupação.  
Demonstrativo da composição da conta Sindicâncias, TCE e Apurações:

Descrição	Valor (R\$ mil)
Saldo em 31/12/2020	28
(+) Valores em sindicância	61
(-) Valores absorvidos pela CEASA/DF	(75)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>14</b>

### 8. Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pela CEASA/DF, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros. Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio de aquisição, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2021 e não foram identificadas divergências entre os valores físicos e os contabilizados.

### 9. Despesas antecipadas

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Assinaturas periódicas (Diários de Justiça)	0	0
Hospedagem de site	5	-
IPTU/TLP	13	-
Seguros de bens móveis	5	2
<b>Total de despesas antecipadas</b>	<b>23</b>	<b>3</b>

No exercício de 2021, a unidade de contabilidade, por orientação da auditoria externa, contabilizou os valores a pagar relativos a IPTU/TLP na conta de Despesas Antecipadas e mensalmente promove a baixa da respectiva despesa.

O valor lançado sob a nomenclatura “Hospedagem de site” refere-se a contratação de servidor dedicado para hospedagem de serviços digitais.

### 10. Títulos a receber

Está apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Acordos e REFIS	233	306
Depósitos recursais	131	150
Cobranças judiciais	2.067	652
<b>Total de títulos a receber</b>	<b>2.431</b>	<b>1.108</b>

#### 10.1 Acordos e REFIS

Representam valores a receber de acordos e de refinanciamentos que extrapolam o exercício social subsequente.

#### 10.2 Depósitos Recursais

Representam os valores depositados pela CEASA/DF para recorrer em processos judiciais.

#### 10.3 Cobrança Judicial

Neste grupo estão registrados os valores em que a CEASA/DF é autora da ação judicial.

Considerando que a CEASA/DF moveu ação contra os usuários Quero Mais Doces e Salgados Ltda, Franco Alves Chagas, Mistral Segurança Ltda e Elmo Eletro Montagens Ltda e que, por falta de localização de bens aptos para satisfação dos correspondentes créditos, foi reconhecida a perda no recebimento de valores na ordem de R\$ 425 mil.

### 11. Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado e o ativo intangível são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, respectivamente, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação.

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método linear, também conhecido como das cotas constantes.

Os bens são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica dos bens, fixado por espécie de bens.

a) As taxas de depreciação utilizadas são apresentadas a seguir:

Descrição	Vida útil	Valor residual
Móveis e utensílios de escritório	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10%
Instalações	10 anos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Equipamentos de Informática	5 anos	10%
Sist. de Proc. de Dados – Softwares (amortização)	5 anos	10%
Sede/ Subsele/Sala/Garagens	25 anos	10%

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção. A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

A CEASA/DF, em atendimento às recomendações dos órgãos de controle e fiscalização, contratou, por meio de Pregão Eletrônico, empresa especializada na realização, anual, de testes de recuperabilidade do ativo imobilizado e ativo intangível – test de impairment, conforme NBC TG 01 e 27, com discriminação do critério utilizado, valor contábil, valor recuperável e vida econômica do bem, cujo trabalho ainda está em curso com previsão de finalização até a 1ª quinzena de fevereiro/2022.

Tem-se que os valores registrados no grupo Obras em Andamento, especificamente nas contas Portaria (R\$ 2.289.710,72), Complexo B-10 (R\$ 16.865.039,91) e Pavilhão B/13 (R\$ 5.170.168,70) foram reclassificados para o grupo Edificações tendo em vista a conclusão da obra de construção dos mesmos, o que gerou um acréscimo no montante de depreciação.

Em 14/09/2021 foi realizada, mediante autorização da Presidência da CEASA/DF, a incorporação da edificação do Pavilhão B-9/Lava Jato ao valor de R\$ 0,01.

No exercício de 2021 foram adquiridas ferramentas na ordem de R\$ 9.074,48 e 6 bebedouros, tipo industrial, para atender as necessidades do público da CEASA/DF, ao valor total de R\$ 14.922,00.

O saldo das contas do Ativo Imobilizado e Intangível estão detalhadas nos quadros a seguir:

	Terrenos	Edificações	Urbanizações	Instalações	Veículos e acess.	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equip. de informática	Obras em andamento	Total
<b>Em 01/01/2020</b>										
Custo	553	11.484	2.148	1.460	923	1.194	661	1.670	31.477	51.570
Depreciação acumulada	-	(4.940)	(1.963)	(1.334)	(874)	(330)	(453)	(1.299)	-	(11.192)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>553</b>	<b>6.544</b>	<b>185</b>	<b>126</b>	<b>49</b>	<b>864</b>	<b>208</b>	<b>371</b>	<b>31.477</b>	<b>40.378</b>
<b>Em 31/12/2020</b>										
Saldo inicial	553	6.544	185	126	49	864	208	371	31.477	40.378
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	4.095	4.095
Transferências	-	-	-	-	-	(0)	0	-	-	-
Depreciação	-	(459)	(38)	(24)	(33)	(115)	(41)	(99)	-	(809)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>553</b>	<b>6.085</b>	<b>148</b>	<b>102</b>	<b>16</b>	<b>748</b>	<b>168</b>	<b>272</b>	<b>35.571</b>	<b>43.664</b>
<b>Em 01/01/2021</b>										
Custo	553	11.484	2.148	1.460	923	1.194	662	1.670	35.571	55.665
Depreciação acumulada	-	(5.399)	(2.000)	(1.358)	(907)	(446)	(494)	(1.397)	-	(12.001)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>553</b>	<b>6.085</b>	<b>148</b>	<b>102</b>	<b>16</b>	<b>748</b>	<b>168</b>	<b>272</b>	<b>35.571</b>	<b>43.664</b>
<b>Em 31/12/2021</b>										
Saldo inicial	553	6.085	148	102	16	748	168	272	35.571	43.664
Aquisições	-	-	-	-	-	24	-	-	-	24
Transferências	-	24.325	-	-	-	-	-	-	(24.325)	-
Depreciação	-	(1.186)	(38)	(24)	(16)	(112)	(37)	(98)	-	(1.512)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>553</b>	<b>29.224</b>	<b>110</b>	<b>78</b>	<b>-</b>	<b>660</b>	<b>131</b>	<b>174</b>	<b>11.246</b>	<b>42.176</b>
<b>Em 31/12/2021</b>										
Custo	553	35.809	2.148	1.460	923	1.218	662	1.670	11.246	55.689
Depreciação acumulada	-	(6.585)	(2.038)	(1.383)	(923)	(557)	(531)	(1.496)	-	(13.513)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>553</b>	<b>29.224</b>	<b>110</b>	<b>78</b>	<b>-</b>	<b>660</b>	<b>131</b>	<b>174</b>	<b>11.246</b>	<b>42.176</b>

Convém ressaltar que existem imóveis localizados na área ocupada pela CEASA/DF e que não foram tombados pelo setor de patrimônio e por consequência não estão registrados na contabilidade. São os imóveis identificados como: Lava Jato, Mercado do Peixe, Mercado Orgânico, Multifeira e CCC - Centro de Capacitação de Comércio da Agricultura Familiar.

Para regularização da situação, foi instituída, por meio do ato do Presidente n.º 58 de 22/05/2020, a Comissão para Estudo e Ações referente à incorporação dos bens tangíveis/prédios) da CEASA-DF – CEAIBT, cujo relatório técnico contendo sugestões de ações/providências a serem adotadas foram disponibilizadas à Presidência da CEASA/DF

## 12. Fornecedores

Representam as obrigações da CEASA/DF face os contratos firmados com empresas terceirizadas e/ou pessoas físicas, conforme o serviço a ser prestado. Toda contratação na CEASA/DF é precedida de processo licitatório.

No grupo de credores a pagar estão dispostos os valores relativos às consignações a recolher ao BRB, ASFUC – Associação dos Funcionários da CEASA/DF, Sindicato de Servidores e Inter Life Assistência Média. Valores estes que são descontados em folha dos servidores e na sequência repassados aos respectivos credores.

## 13. Salários e encargos sociais

Integram este grupo os valores relativos aos ordenados a pagar, encargos sociais, provisão para férias e provisão para licença administrativa.

As provisões são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento.

Os encargos sociais estão detalhados a seguir:

Encargos sociais a recolher	31/12/2021	31/12/2020
INSS Funcionários	138	133
IRRF Funcionários	117	107
FGTS a Recolher	51	51
<b>Total encargos sociais a recolher</b>	<b>306</b>	<b>292</b>

As provisões estão detalhadas a seguir:

Provisão de férias	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Férias	690	296
INSS s/Provisão para Férias	141	85
FGTS s/Provisão para Férias	43	24
<b>Total provisão de férias</b>	<b>873</b>	<b>405</b>

## 14. Obrigações tributárias

### Impostos/taxas e contribuições a recolher

Representam valores relativos aos impostos retidos nas notas fiscais emitidas pelos fornecedores/prestadores de serviços (ISS, IRRF, PIS, COFINS, CSLL, INSS); assim como o valor do PIS e da COFINS sobre faturamento e receita financeira da CEASA/DF, os quais são recolhidos conforme o calendário tributário.

A CEASA/DF solicitou, por meio de PERDCOMP, a compensação de PIS (R\$ 256.684,69) e COFINS (R\$ 1.203.532,48) relativo aos meses de jan a out/2021; evitando um desembolso financeiro de R\$ 1.460.217,17.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
ISS s/retenções a recolher	30	37
IRRF s/retenções a recolher	6	7
PIS, COFINS, CSLL s/retenções a recolher	30	33
INSS s/ retenções a recolher	58	72
COFINS	148	275
PIS/PASEP	30	49
<b>Total</b>	<b>302</b>	<b>474</b>

Considerando o aumento no faturamento em relação ao exercício de 2020 e o reconhecimento dos valores relativos às parcelas vencidas do REFIS firmado em julho/2019 entre a ENGE COPA e a CEASA/DF, houve acréscimo no valor devido a título de COFINS e PIS.

#### Obrigações fiscais

O valor de R\$ 309 mil registrado em Obrigações Fiscais refere-se ao IRPJ (R\$ 224 mil) e à CSLL (R\$ 85 mil) apurados no LALUR relativo ao mês de dez/2021, cujo vencimento ocorre em jan/2022.

Destaca-se que a despesa com IRPJ no exercício de 2021 equivale ao montante de R\$ 2.368 mil e de CSLL, R\$ 861 mil; não tendo sido apurado saldo a compensar para exercícios futuros.

#### 15. Convênios a repassar

Neste grupo estão os valores relativos às contribuições dos usuários da CEASA/DF à ASPHOR, APROVA e ASSUCENA, que, na data definida em convênio, são transferidas à essas associações.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
ASPHOR	15	16
ASSUCENA	118	119
APROVA	30	13
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>148</b>

#### 16. Provisão para contingências e passivos contingentes

A constituição de uma provisão para contingência está fundamentada no princípio da prudência e com a finalidade de manutenção e gestão de riscos de ações judiciais, cujo resultado final, favorável ou desfavorável, depende de eventos futuros incertos, que envolve valores financeiros que ainda não foram pagos, mas que derivam de fatos geradores contábeis já ocorridos.

O valor de R\$ 35 mil ao final de 2020, referia-se a ações trabalhistas decorrentes de processos judiciais de reclamações originárias de funcionários e terceirizados, as quais já foram encerradas no âmbito da justiça e portanto, baixadas contabilmente.

Face os termos previstos no Apêndice A, pág. 17, do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 25, de que as demandas judiciais, em que a CEASA/DF figura na condição de ré, devem ser classificadas em provável, possível ou remota, a Assessoria Jurídica identificou como possíveis:

- Processos Justiça Comum: 2 ações, que totalizam R\$ 35.877 mil
- Processos Justiça do Trabalho: 7 ações, que totalizam R\$ 390 mil
- Processos Justiça Federal: 02 ações, que totalizam R\$ 3 mil

Quanto à ação movida pela C E C Casa e Construção Ltda, inicialmente foi provisionado o montante de R\$ 35.844 mil (valor da ação atualizada), contudo, face a reclassificação do risco, de provável para possível, o mesmo foi estornado, mantendo-se, conforme previsto no CPC 25, tão somente a informação em nota explicativa a respeito da referida ação.

Atualmente, o processo está sendo classificado como possível em função de que o processo envolve inicialmente uma relação contratual entre C E C Casa e Construção e a ENGE COPA, estando a CEASA como corresponsável.

No entanto, a estimativa da administração é de que o processo ainda está em fase inicial e sem estimativa razoável do valor da ação, bem como a participação da CEASA na execução em caso de ser sentenciada.

No segundo semestre de 2021, a Procuradoria Geral iniciou a sua participação na ação em defesa da CEASA/DF, incluindo novo entendimento da ação e com julgamentos de ações parecidas, colaborando para a mudança de prognóstico de provável para possível.

Apesar da condenação em primeira instância, a administração avalia a capacidade de reversão da ação nas instâncias superiores por entender não ser corresponsável e em função de julgamentos semelhantes que favorecem a CEASA/DF.

#### 17. Credores

O montante de R\$ 4.054 mil (R\$ 4.004 mil em 2020) refere-se às provisões relativas aos encargos com contingências fiscais, de natureza previdenciária junto ao INSS, devido a débitos do período de 1994 a 2004. Neste caso em específico, trata-se de processo judicial nº 2005.34.00.005831-7 contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, no qual a CEASA-DF contesta o valor cobrado de débitos previdenciários de depósitos de 1993 a 2002.

Ainda que seja uma ação da CEASA/DF contra o INSS, o valor está provisionado no Passivo em decorrência do entendimento da Assessoria Jurídica face o julgamento, pelo juiz, de que o pedido do INSS é parcialmente procedente, declarando decadência de parte do crédito tributário.

#### 18. Obrigações estatutárias

Considerando os termos do art. 45 do Estatuto Social da CEASA/DF de que as demonstrações financeiras devem ser elaboradas em observância à legislação aplicável às empresas de capital aberto e que com o advento da Lei 11.638/2007 não é permitido manter o lucro de um exercício na conta de Lucros Acumulados e que, nos termos do art. 46 do referido Estatuto, a distribuição de dividendos somente poderá ser realizada após o arquivamento e publicação de ata da Assembleia Geral que tiver aprovado as contas, a CEASA/DF adotou alguns procedimentos visando dar conformidade aos lançamentos contábeis, quais sejam:

- registrou o valor dos dividendos devido aos acionistas relativamente ao exercício de 2021 no Passivo Não Circulante no montante de R\$ 468 mil; e
- transferiu o saldo apurado na conta de “Lucros Acumulados” - R\$ 16.655 mil - para a conta “Valores Disponíveis para a Assembleia”.

**19. Patrimônio líquido**

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de lucro ou prejuízo apurado anualmente.

Ao longo do exercício de 2021, a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, utilizada para reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis, totalizou R\$ 320.332,99.

Considerando que o objetivo motivador para a constituição da reserva de lucros para expansão foi alcançado, a unidade de contabilidade procedeu à reversão do saldo da referida reserva – R\$ 13.430 mil – para a conta de lucros acumulados; assim como parte da reserva para contingência – R\$ 1.500 mil; influenciando, de forma significativa, na redução do Patrimônio Líquido e incremento no Passivo Não Circulante, especialmente no valor à disposição da Assembleia de Acionistas, que em 2020 totalizava R\$ 3.713 mil e em 2021 é de para R\$ 20.368 mil.

Destaca-se que está em curso pleito formulado pela CEASA/DF para que seja processado aumento do Capital Social. A proposta é que o aumento do capital ocorra mediante a transferência de recursos registrados na conta “Valores Disponíveis para a Assembleia Geral” e pela retenção dos dividendos de 2018, 2019 e de 2021.

**20. Receita líquida dos serviços prestados**

Em termos de resultado do exercício, a CEASA/DF apresentou um lucro líquido de R\$ 1.971 mil. Pode-se dizer que este resultado decorre precipuamente do:

- a) aumento no faturamento mensal da TCU – Taxa de Concessão de Uso relativa à ENGENCOPA (de R\$ 48.847,16 para R\$ 226.250,95)
- b) recebimento de luvas de locação (jóia) em decorrência da licitação de novos boxes situado nos Complexo B-10 e no Pavilhão B-13;
- c) reconhecimento mensal da parcela do saldo devedor do REFIS firmado entre a ENGENCOPA e a CEASA/DF.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Receita Bruta de serviços prestados</b>		
Permissionários	8.765	8.180
Produtores	946	1.195
Varejistas	854	817
Taxa de Ocupação de Espaço	1	7
Arrendamento ENGENCOPA	2.364	579
MAF – Mercado de Agricultura Familiar	222	235
Luvas de Locação	2.225	-
<b>Total</b>	<b>15.377</b>	<b>11.012</b>
Deduções da receita bruta	(2.385)	(2.069)
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	<b>12.992</b>	<b>8.944</b>

Se considerarmos o faturamento global de 2021, constata-se um incremento, em relação a 2020, de 39,64%. Caso desconsideremos o valor relativo às luvas de locação, esse percentual reduz para 19,44%; contudo, ainda assim se verifica que houve acréscimo de um exercício para o outro, o que nos leva a inferir que a pandemia decorrente da COVID-19 não trouxe reflexos negativos para o faturamento da CEASA/DF.

**21. Pessoal, encargos e benefícios**

Na composição das despesas com pessoal, encargos e benefícios ocorrida no exercício de 2021, para manutenção das atividades exercidas pelo corpo funcional da CEASA/DF, foram contabilizados R\$ 10.022.958,90. Este valor representa 65,18% do total do faturamento bruto das Centrais – R\$ 15.377 mil.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	6.764	6.686
Encargos Sociais	1.946	1.870
Benefícios Pessoais	1.312	1.303
<b>Total</b>	<b>10.023</b>	<b>9.859</b>

**22. Receitas e despesas financeiras**

Está apresentado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Dividendos Recebidos	6	3
Juros e Multas recebidos	106	737
Rendimentos de Aplicação Financeira	695	437
Variação Ativa – Juros e Multas a Receber	8.892	4.906
Variações Monetárias Ativas	372	147
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>10.071</b>	<b>6.230</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas Bancárias	16	17
Multas por atraso	11	-
Multas por infrações fiscais	-	53
Atualização saldo devedor INSS	50	31
Reversão de multa e juros acordos	72	101
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>149</b>	<b>204</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>9.922</b>	<b>6.026</b>

Em “Dividendos Recebidos” estão computados os dividendos auferidos em decorrência da CEASA/DF possuir ações da ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

Relativamente aos valores registrados sob a intitulação ‘Juros e Multas Recebidos’, os mesmos referem-se a quantias provenientes de encargos financeiros de boletos recebidos em atraso.

Do valor registrado em Variação Ativa – Juros e Multas a Receber, R\$ 8.892 mil, tem-se que R\$ 8.706 mil. são relativos às parcelas do REFIS firmado entre a ENGENCOPA e a CEASA/DF.

A CEASA/DF cuidou de registrar em “Variações Monetárias Ativas” os valores decorrentes da atualização monetária dos saldos negativos de IRPJ e CSLL utilizados para compensação de PIS e COFINS, assim como reconheceu o valor do acordo firmado com a Cruzeiro Combustíveis. Do montante de R\$ 72 mil, trata-se de reversão por ocasião de atualização do saldo devedor dos acordos em quantia maior ao efetivamente devido pelo usuário da CEASA/DF.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2021

**FÁBIO PEREIRA DE SOUSA**

Presidente

CPF [REDACTED]

**GIOVANNA ALVES LENTO**

Contadora

CRC/DF nº 8.807/O

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA/DF (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA/DF, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1).

**Base para opinião com ressalva** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia, possui valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 42.176 mil, onde não foi aplicada a redução ao valor recuperável dos ativos, não realizando também a avaliação da vida útil-econômica estimada dos bens para fins de cálculo da depreciação, bem como não concluiu até a data do nosso relatório inventário patrimonial com detalhamento da posição física de todos os bens, que possa respaldar os saldos apresentados. Diante disso, não estamos em condições de emitir opinião sobre os possíveis efeitos que o teste de recuperabilidade, a avaliação da vida útil e a falta de controle possam ocasionar nos saldos apresentando no ativo imobilizado e em seu resultado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Ênfase – Passivos contingentes possíveis** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 16 que trata dos passivos contingentes classificados como possível, onde enfatizamos a ação movida e classificada como possível no montante de R\$ 35.844 mil. Até a data deste relatório a ação ainda se encontra pendente de julgamento o recurso da ação em segunda instância e aguardando estimativa confiável de mensuração dos valores que de fato caberiam às CEASA/DF em caso de desfecho desfavorável. Nossa opinião não contém ressalvas em relação a esse assunto.

**Outros assuntos Demonstração do valor adicionado** A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva” essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** Os saldos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, cujo relatório com modificação de opinião pela ausência de inventário patrimonial e aplicação da análise da recuperabilidade dos ativos, cuja data de emissão foi 16 de abril de 2021.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Natal/RN, 14 de abril de 2022.

Emerson Auditores e Consultores S/S  
Auditores Independentes  
CRC/RN 547/O-8 “S” DF

José Diego Braz da Silva  
Contador  
CRC/RN 10.575/O-9 “S” DF

## CONSELHO FISCAL

**PARECER** (Extrato da Sessão n.º 627, de 18/04/2022).

O CONSELHO FISCAL da Empresa, CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A – CEASA/DF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Processo de nº 00071-00000142/2022-10 – PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2021, analisando o Relatório da Administração da Ceasa, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas, Análise Econômica/Financeira e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, tomando como base o Parecer dos Auditores Independentes, inclusive com suas ressalvas, este Conselho é de opinião que as citadas peças, que compõem este Processo de Prestação de Contas nº 00071-00000142/2022-10, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da CEASA.

Paulo Fernando Iovino Vieira

Diogo Silva dos Reis

Maria Catarina Pereira Santos

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**PARECER** (Extrato da Sessão n.º 642, de 26/04/2022).

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às 10h30, realizou-se a 642ª (sexcentésima quadragésima segunda) reunião ordinária do Conselho de Administração da Ceasa/DF, ocorrida presencialmente na sede da Ceasa/DF tendo a participação virtual de um conselheiro, reunião presidida pelo secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, Sr. **CANDIDO TELES DE ARAUJO**. A reunião contou com as participações do presidente do conselho e dos conselheiros Sra. **ANDREA BARBOSA A. DE FARIA**, Sr. **CAMILO ANDRE SANTOS NOLETO DE CARVALHO**, Sr. **LEANDRO GIRARDI** e Sr. **PEDRO HENRIQUE MARTINS OLIVEIRA SEABRA**. Iniciada a reunião, o presidente do conselho fez os cumprimentos de praxe e passou ao assunto de ordem: 2) Prestação de contas anuais - ano 2021. Feitos os esclarecimentos, e em vista de já terem tido conhecimento de todas as informações do processo de contas (00071-00000142/2022-10) e, em especial do Relatório de Gestão 2021 (id 80794425), do parecer do conselho fiscal (84872068) e do relatório da auditoria por independente (84472708), os conselheiros de administração unanimemente aprovaram as contas 2021 da Ceasa/DF.

Candido Teles de Araujo

Andrea Barbosa A. de Faria Camilo

Andre Santos Noletto de Carvalho

Leandro Girardi

Pedro Henrique Martins Oliveira Seabra

## SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A SELEÇÃO DE ARTISTAS PARA O PROJETO SAMAMBAIA ARTE URBANA

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC/DF, cuja delegação de competência foi outorgada pela publicação no Diário Oficial do Distrito Federal nº 238, em 16 de dezembro de 2010, pelo Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, Capítulo VII, e atualizada pelo art. 39 do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.658.028/0001-09, com sede Setor Cultural Sul, lote 2, Edifício da Biblioteca Nacional, lote 2, Asa Sul, 70070-150, Brasília, DF, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, torna público EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO com o objetivo de executar o projeto Samambaia Arte Urbana, advindo do Processo 00150-00001902/2022-54, tendo como base o art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Complementar nº 934, de 07 de dezembro de 2017, o Decreto nº 38.933, de 15 de março de 2018, e a Portaria nº 98, de 09 de abril de 2018.

### 1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Edital é a seleção de uma entidade, coletivo e/ou grupo de artistas urbanos composto por, no mínimo, 4 (quatro) artistas, para intervenção artística com aplicação da técnica de grafite, mural e/ou técnica similar no contexto do projeto Samambaia Arte Urbana, que acontecerá em junho de 2022 no Complexo Cultural de Samambaia, conforme detalhado no Anexo I - Termo de Referência.

1.2 O objetivo deste edital é selecionar um grupo/coletivo de artistas com o intuito de valorizar a cultura urbana e o movimento do graffiti; democratizar o acesso à arte e cultura; proporcionar intercâmbio artístico-cultural; valorizar artistas locais e a cultura hip hop; e potencializar a ocupação cultural de espaços urbanos do Distrito Federal, por meio de intervenção artística com aplicação da técnica de grafite, mural e/ou técnica similar.

1.3 A entidade, coletivo e/ou grupo de artistas selecionada irá compor a programação do projeto Samambaia Arte Urbana no Complexo Cultural de Samambaia.

1.4 O presente Edital compreenderá as seguintes fases:

- Inscrição;
- Admissibilidade formal da documentação;
- Análise das propostas;
- Resultado provisório da análise de propostas;
- Recursos;
- Julgamento de recursos;
- Divulgação do resultado definitivo da análise das propostas;
- Convocação para habilitação;
- Resultado provisório de habilitação;
- Recursos quanto ao resultado provisório de habilitação;
- Decisão final pela habilitação; e
- Contratação.

### 2. DAS DESPESAS

2.1 A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal disponibilizará o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), Programa de Trabalho 13.392.6219.4023.0001 – Realização de Atividades Culturais - Fonte 100, Natureza de Despesa 33.90.39, para a contratação dos artistas selecionados por meio deste Edital de Chamamento Público, conforme Termo de Referência (Anexo I) e demonstrativo abaixo:

Cachê		
Descrição	Quantidade	Cachê
Contratação artística	1	R\$ 16.000,00

2.2 O presente Edital pode ser suplementado por decisão motivada da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal.

### 3. DA INSCRIÇÃO

3.1 Para se inscrever, o representante da entidade, coletivo e/ou grupo de artistas urbanos precisa entregar os seguintes documentos:

- 3.1.1 Preenchimento de Formulário Eletrônico de Inscrição;
- 3.1.2 Proposta de intervenção artística, com demonstração de aplicação;
- 3.1.3 Plano de Trabalho, com a justificativa do conceito elaborado (Anexo III);